

CONHECIMENTOS GERAIS (QUESTÕES DE 01 A 10)

Questão 01 (Peso 1)

Dr. Paulo me disse que _____ que eu faça a dieta, será possível, em breve, reduzir a medicação. Já não aguento _____ remédio, _____ eu não gosto de legumes e frutas. Além do que, a proximidade do _____ me preocupa bastante.

Considerando a norma culta e a grafia correta das palavras, a alternativa que preenche, correta e sequencialmente, as lacunas do trecho acima é

- A) contanto / com tanto / contudo / fim de semana
- B) com tanto / contanto / contudo / fim-de-semana
- C) com tanto / contanto / contudo / fim de semana
- D) com tanto / contanto / com tudo / fim-de-semana
- E) contanto / com tanto / com tudo / fim-de-semana

Questão 02 (Peso 1)

D. Maria chegou à Policlínica, queixando-se de uma dor na boca do estômago.

O termo destacado no trecho acima é uma figura de linguagem denominada

- A) anáfora
- B) catacrese
- C) metonímia
- D) pleonasma
- E) eufemismo

Questão 03 (Peso 1)

Ele não tem discrição. Após a ocorrência, ele fez a descrição da cena do crime nos mínimos detalhes nas redes sociais.

As palavras destacadas no trecho acima são

- A) sinônimas
- B) antônimas
- C) parônimas
- D) homônimas
- E) polissêmicas

Questão 04 (Peso 2)

Considerando o correto emprego do “porquê”, de acordo com a norma culta, numere a segunda coluna de acordo com a primeira.

- | | | |
|-------------|-----|--|
| (1) Porque | () | Você não veio à consulta _____? |
| (2) Porquê | () | _____ você não veio para a consulta? |
| (3) Por que | () | Não fomos _____ estávamos cansados. |
| (4) Por quê | () | Quero saber _____ ela ficou internada. |
| | () | Eis o _____ do acidente: um buraco na pista. |

A alternativa que contém a sequência correta, de cima para baixo, é

- A) 1 1 2 3 4
- B) 2 3 4 2 1
- C) 2 4 4 3 1
- D) 3 1 3 4 2
- E) 4 3 1 3 2

Questão 05 (Peso 2)

De acordo com a norma culta, a alternativa que contém a correta colocação pronominal é

- A) Como é que você se sente?
- B) Diria-se que a cirurgia foi bem sucedida.
- C) Não arrisco-me novamente nessa estrada.
- D) Alguém avisou-me que teria atendimento na Policlínica.
- E) Amanhã você pergunta-me sobre os detalhes do procedimento.

Processo Seletivo - Consórcio Público Interfederativo de Saúde - Edital nº 01/2019
Assistente Social - Código 031

Questão 06 (Peso 2)

Sobre o correto emprego da vírgula, analise os trechos a seguir e identifique com **V** os verdadeiros e com **F** os falsos.

- () Maria, onde você comprou esse remédio?
- () À noite, às vezes, Maria sente muita dor.
- () Eu comprei, o remédio na farmácia da esquina.
- () Maria, comprou o remédio na farmácia da esquina.

A alternativa que contém a sequência correta, de cima para baixo, é

- A) F V F V
- B) F F V V
- C) V F F V
- D) V V F F
- E) V F F F

Questão 07 (Peso 2)

A alternativa que contém o correto emprego do acento grave é

- A) Só haverá consulta após às nove horas.
- B) Referiu-se àquilo que estava sobre a mesa.
- C) Todas às vezes que como fritura passo mal.
- D) Os atendimentos serão de segunda à quinta.
- E) O dia à dia é um grande desafio para quem faz dieta.

Questão 08 (Peso 3)

Considerando que o pronome relativo “**que**” pode exercer diferentes funções sintáticas na oração, numere a segunda coluna de acordo com a primeira.

- | | |
|---|-----------------------|
| (1) Tomei o remédio que Dr. João receitou. | () Sujeito |
| (2) O remédio que está em cima da mesa é meu. | () Objeto direto |
| (3) A Policlínica em que fiz o procedimento é esta. | () Objeto indireto |
| (4) Dr. João é um dos médicos de que mais gosto. | () Adjunto adverbial |

A alternativa que contém a sequência correta, de cima para baixo, é

- A) 4 3 2 1
- B) 3 2 1 4
- C) 3 1 4 2
- D) 2 1 4 3
- E) 1 3 2 4

Questão 09 (Peso 3)

A forma como a Enfermeira Jandira tratava as pessoas _____ conflito. _____ o dia que a conheci. Até hoje não _____ a cena.

De acordo com a norma culta, a alternativa que preenche, correta e sequencialmente, as lacunas do trecho acima é

- A) implicava / Me lembro / esqueço
- B) implicava / Me lembro / me esqueço
- C) implicava / Lembro-me / esqueço
- D) implicava em / Me lembro / me esqueço
- E) implicava em / Lembro-me / me esqueço

Questão 10 (Peso 3)

Considerando as vozes verbais ativa, passiva e reflexiva, numere a segunda coluna de acordo com a primeira.

- | | |
|-------------------|---|
| (1) Voz ativa | () Elas se abraçaram. |
| (2) Voz passiva | () Ela sentou-se, e chorou muito. |
| (3) Voz reflexiva | () Eu tomei o remédio na hora certa. |
| | () O remédio foi tomado na hora certa por mim. |

A alternativa que contém a sequência correta, de cima para baixo, é

- A) 1 1 2 3
- B) 2 3 1 2
- C) 2 2 3 1
- D) 2 3 1 2
- E) 3 3 1 2

CONHECIMENTOS GERAIS EM SAÚDE: POLÍTICAS DE SAÚDE (QUESTÕES DE 11 A 25)

Questão 11 (Peso 1)

A Constituição Federal (CF) de 1988 contemplou àquela época, aspectos importantes para o sistema de saúde brasileiro. Dessa forma, foi dado, pela chamada “Constituição Cidadã”, o primeiro passo rumo à criação do que viria a ser o Sistema Único de Saúde (SUS).

Em relação aos aspectos do sistema de saúde contemplados pela CF de 1988, é correto afirmar que

- A) a regionalização e a hierarquização da rede de ações e serviços públicos de saúde foram aspectos contemplados pela “Constituição Cidadã”.
- B) estava previsto o comando centralizado das ações por parte da União, considerando a necessidade prioritária de uniformizar o sistema de saúde.
- C) embora tenha elevado a saúde ao nível de direito social, a CF de 1988 falhou ao desconsiderar o acesso universal dos cidadãos às ações e serviços de saúde.
- D) o cuidado integral à saúde deveria ser garantido por meio da priorização das atividades assistenciais, em detrimento das ações preventivas em saúde.
- E) a participação da comunidade foi excluída das diretrizes previstas para o sistema de saúde, considerando ser um aspecto irrelevante quando da criação do SUS.

Questão 12 (Peso 1)

A saúde se constitui em direito fundamental do ser humano e o Estado deve viabilizar as condições para que todos os cidadãos possam exercê-lo. A promulgação da Lei nº 8.080/1990 buscou regular, em todo o território nacional, as ações e serviços de saúde, definindo, dentre outros aspectos, os princípios e diretrizes a serem observados no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) (BRASIL, 1990).

Em relação aos princípios do SUS, de acordo com a Lei nº 8.080/1990, analise as assertivas e identifique com **V** as verdadeiras e com **F** as falsas.

- () A universalidade de acesso aos serviços de saúde se constitui em um princípio que deve ser garantido em todos os níveis de assistência.
- () A organização dos serviços públicos deve garantir a duplicidade de meios para fins idênticos, em todos os níveis de complexidade do sistema.
- () A descentralização político-administrativa dos serviços de saúde deve ocorrer com ênfase para os estados, tendo em vista a baixa governabilidade dos municípios.
- () O uso da epidemiologia está previsto dentre os princípios do SUS, contribuindo para o estabelecimento de prioridades e para uma melhor alocação de recursos.

A alternativa que contém a sequência correta, de cima para baixo, é

- A) V F F V
- B) V V F F
- C) V F V F
- D) F F V V
- E) F V V F

Questão 13 (Peso 1)

Os diversos sistemas de informação em saúde criados pelo Departamento de Informática do SUS (DATASUS) são essenciais para todos os agentes envolvidos nas práticas de produção de saúde, e contribuem de forma decisiva para uma melhor oferta de cuidado à população, considerando as suas especificidades e demandas (BRASIL, 2018).

Em relação ao Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS (SIASUS), analise as assertivas e identifique com **V** as verdadeiras e com **F** as falsas.

- () O SIASUS produz informações gerenciais que podem ser utilizadas pelos gestores municipais e estaduais de saúde.
- () A fim de realizar os pagamentos pelos serviços das unidades prestadoras, o SIASUS gera informações a cada trimestre.
- () O SIASUS tem a capacidade de calcular o valor da produção aprovada para cada unidade prestadora de serviço, no âmbito do SUS.
- () A funcionalidade do SIASUS permite a coleta e o processamento, embora não seja capaz de validar os dados apresentados pelas unidades prestadoras de serviço.

A alternativa que contém a sequência correta, de cima para baixo, é

- A) V F F V
- B) V F V F
- C) V V F F
- D) F V V F
- E) F F V V

Questão 14 (Peso 1)

Para o Ministério da Saúde, a humanização precisa ser encarada como uma política pública que deve estar presente em todos os espaços de produção de saúde. Dessa forma, ao implementar tal política, devemos considerar a existência de pressupostos norteadores e envolver as diferentes ações e instâncias gestoras do Sistema Único de Saúde (SUS) (BRASIL, 2010).

Em relação à Política Nacional de Humanização (PNH) do SUS, analise as assertivas e identifique com **V** as verdadeiras e com **F** as falsas.

- () A PNH preconiza a autonomia e o protagonismo dos sujeitos e coletivos envolvidos nas práticas de produção de saúde.
- () A PNH estimula a transversalidade e a grupalidade, enquanto estratégias para fortalecer o trabalho da equipe multiprofissional.
- () A PNH contribui para o enfraquecimento do controle social ao tentar estimular a participação popular junto às instâncias gestoras do SUS.
- () A PNH estimula a organização de espaços de trabalho saudáveis e acolhedores, compreendendo a importância secundária da ambiência na produção de saúde e de sujeitos.

A alternativa que contém a sequência correta, de cima para baixo, é

- A) F V V F
- B) F F V V
- C) V F V F
- D) V V F F
- E) V F F V

Questão 15 (Peso 1)

Uma política pública costuma trazer em seu conteúdo as diretrizes que devem nortear e balizar as práticas em torno do objeto tratado. No caso da Política Nacional de Humanização do SUS (PNH), tais orientações expressam o método da "tríplice inclusão", ao buscar o envolvimento dos diferentes agentes implicados nos processos de produção de saúde (BRASIL, 2012).

A alternativa que contém as diretrizes da PNH é

- A) cogestão e visita aberta.
- B) projeto terapêutico singular e acolhimento.
- C) defesa dos direitos dos usuários e clínica ampliada.
- D) clínica ampliada e acolhimento com classificação de risco.
- E) valorização do trabalho e do trabalhador e colegiado gestor.

Questão 16 (Peso 2)

As diretrizes que devem nortear a participação da iniciativa privada no setor saúde estão previstas pela Constituição Federal (CF), considerando a criação do Sistema Único de Saúde (SUS).

Em relação à participação da iniciativa privada na assistência à saúde de acordo com a CF de 1988, analise as assertivas e identifique com **V** as verdadeiras e com **F** as falsas.

- () Desde que seja devidamente justificado, é permitido destinar recursos públicos para auxiliar instituições privadas com fins lucrativos.
- () As instituições privadas podem participar de forma complementar do sistema único de saúde, segundo as diretrizes previstas para o SUS.
- () A participação de instituições privadas no âmbito do sistema único de saúde deve ocorrer mediante contrato de direito público ou convênio.
- () A assistência à saúde é livre à iniciativa privada, embora esta seja regulada por legislação própria e, portanto, não é submetida às diretrizes previstas ao sistema público de saúde.

A alternativa que contém a sequência correta, de cima para baixo, é

- A) V F F V
- B) V V F F
- C) F V F V
- D) F F V V
- E) F V V F

Questão 17 (Peso 2)

A Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, contempla dentre os diversos aspectos abordados em seu conteúdo aqueles que se relacionam à organização e à gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) (BRASIL, 1990).

Sobre a organização e a gestão do SUS no contexto da Lei nº 8.080/1990, é correto afirmar que

- A) para que seja criado um consórcio administrativo intermunicipal, deve ser dispensado o princípio da direção única.
- B) apenas aos estados é permitido constituir consórcios para desenvolver em conjunto as ações e os serviços de saúde que lhes são atribuídos.
- C) são dispensáveis as articulações intersetoriais na execução das ações de saúde no âmbito do SUS, tendo em vista a especificidade de suas demandas.
- D) no nível municipal, o SUS pode se organizar em distritos, integrando e articulando recursos, técnicas e práticas para garantir a cobertura total das ações de saúde.
- E) as ações e serviços de saúde executados no âmbito do SUS devem ser organizados em níveis de complexidade decrescente, considerando a hierarquia do sistema.

Questão 18 (Peso 2)

A Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, compõe a chamada “Lei Orgânica da Saúde” e trata de temas como a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde (BRASIL, 1990).

De acordo com a Lei nº 8.142/1990, analise as assertivas e identifique com **V** as verdadeiras e com **F** as falsas.

- () Os Conselhos de Saúde se reúnem a cada quatro anos para avaliar a situação de saúde e propor diretrizes para a formulação da política de saúde.
- () A participação da comunidade no âmbito do SUS ocorre, em cada esfera de governo, por meio das “Conferências de Saúde” e dos “Conselhos de Saúde”.
- () Os municípios podem realizar consórcios para garantir as ações de saúde e remanejar entre si, parcelas de recursos recebidos do Fundo Nacional de Saúde.
- () Setenta por cento dos recursos do Fundo Nacional de Saúde são repassados de forma automática para os estados, sendo o restante destinado aos municípios.

A alternativa que contém a sequência correta, de cima para baixo, é

- A) V V F F
- B) V F F V
- C) F F V V
- D) F V F V
- E) F V V F

Questão 19 (Peso 2)

A Lei Federal nº 11.107, de 06 de abril de 2005, define as normas gerais para que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios possam contratar consórcios públicos, a fim de concretizarem objetivos de interesse comum (BRASIL, 2005).

Sobre a contratação de consórcios públicos na área da saúde, analise as assertivas e identifique com **V** as verdadeiras e com **F** as falsas.

- () Os objetivos dos consórcios públicos devem ser determinados pela União, mesmo que esta não faça parte diretamente do processo.
- () A União pode celebrar convênios com os consórcios públicos, com o objetivo de viabilizar a descentralização e a prestação de políticas públicas.
- () Para que seja firmado um consórcio público é necessária a celebração de um contrato, com a prévia subscrição do chamado “protocolo de intenções”.
- () A retirada do ente da federação ou a extinção do consórcio público anula, automaticamente, qualquer obrigação que tenha sido constituída previamente.

A alternativa que contém a sequência correta, de cima para baixo, é

- A) F F V V
- B) F V V F
- C) F V F V
- D) V V F F
- E) V F F V

Questão 20 (Peso 2)

Os consórcios públicos buscam estabelecer relações de cooperação entre os entes federativos, podendo ser celebrados com objetivos diversos e sendo regidos por legislação específica. As normas gerais para a contratação de consórcios públicos são tratadas pelo Decreto nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007, que regulamenta a Lei nº 11.107, de 06 de abril de 2005 (BRASIL, 2007).

Em relação aos objetivos dos consórcios públicos, é correto afirmar que

- A) os objetivos dos consórcios públicos são determinados pelos entes que se consorciarem, a despeito de limites constitucionais e legais.
- B) os consórcios públicos podem ter um ou mais objetivos, desde que os entes consorciados estejam vinculados em relação a todos eles.
- C) a execução de obras e a prestação de serviços são objetivos que justificam a celebração de um consórcio público entre entes federativos.
- D) os consórcios públicos devem ter apenas um objetivo, que deve estar claramente definido no protocolo de intenções e pactuado pelos entes consorciados.
- E) as ações e serviços de saúde desenvolvidos especificamente por consórcios públicos não necessitam observar os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde.

Questão 21 (Peso 3)

Os Conselhos de Saúde se traduzem em instâncias do Sistema Único de Saúde (SUS) que viabilizam a participação da comunidade na formulação de políticas públicas e na gestão da saúde. As diretrizes que definem a estrutura e o funcionamento dos Conselhos de Saúde estão entre os objetos tratados pela Resolução nº 453/2012 do Conselho Nacional da Saúde (BRASIL, 2012).

Sobre a estrutura e o funcionamento dos Conselhos de Saúde, de acordo com a Resolução nº 453/2012, é correto afirmar que

- A) a composição da chamada "Mesa Diretora" é definida pelo presidente do Conselho de saúde, desde que seja respeitado o princípio da paridade.
- B) o Plenário do Conselho de Saúde deve se reunir, no mínimo, a cada três meses e, extraordinariamente, quando for necessário.
- C) as reuniões plenárias dos Conselhos de Saúde são fechadas ao público, a fim de garantir o sigilo dos temas a serem tratados nesta instância do SUS.
- D) as decisões relacionadas ao orçamento dos Conselhos de saúde devem ser tomadas pelo poder executivo correspondente em cada esfera de governo.
- E) os Conselhos de Saúde podem, com a devida justificativa, buscar auditorias externas e independentes sobre as contas e atividades do Gestor do SUS.

Questão 22 (Peso 3)

O planejamento da saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) é um dos objetos contemplados pelo Decreto Presidencial nº 7.508, de 28 de junho de 2011. Esta normativa trata dos aspectos relacionados à organização do SUS ao regulamentar a Lei nº 8.080/90 (BRASIL, 2011).

Em relação ao planejamento da saúde no contexto do SUS, analise as assertivas e identifique com **V** as verdadeiras e com **F** as falsas.

- () O planejamento da saúde em âmbito estadual deve ser feito de maneira regionalizada, a despeito das necessidades dos Municípios.
- () O processo de planejamento da saúde deve ocorrer de forma integrada e descendente, do nível federal até o local, de acordo com a hierarquização da rede.
- () O Conselho Nacional de Saúde é responsável por estabelecer as diretrizes que devem ser observadas na elaboração dos planos de saúde dos entes federativos.
- () O "Mapa da Saúde" é utilizado para identificar as necessidades de saúde e orientar o planejamento integrado dos entes federativos durante o processo de planejamento.

A alternativa que contém a sequência correta, de cima para baixo, é

- A) V V F F
- B) V F F V
- C) F F V V
- D) F V F V
- E) F V V F

Questão 23 (Peso 3)

A Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME) diz respeito à seleção e à padronização de medicamentos, que são indicados para o atendimento de doenças ou de agravos no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Trata-se de um dos mais importantes temas da assistência à saúde, sendo objeto do Decreto Presidencial nº 7.508, de 28 de junho de 2011 (BRASIL, 2011).

Sobre a RENAME, é correto afirmar que

- A) o Ministério da Saúde pode estabelecer regras diferenciadas de acesso a medicamentos de caráter especializado.
- B) as atualizações da RENAME e das diretrizes terapêuticas são publicadas pelo Ministério da Saúde a cada cinco anos.
- C) os estados e municípios podem adotar relações específicas e complementares de medicamentos, independente da RENAME.
- D) a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) é o órgão competente para dispor sobre a RENAME em âmbito nacional.
- E) em casos de epidemia, a relação específica complementar estadual de medicamentos pode conter produtos sem registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

Questão 24 (Peso 3)

O controle social e a participação popular são fundamentais para o fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS), sendo garantidos por lei. Os Conselhos de Saúde e as Conferências de Saúde são, acima de tudo, espaços onde se exerce o direito à cidadania dentro de um Estado democrático. “Os Conselhos são órgãos colegiados, deliberativos e permanentes do Sistema Único de Saúde (SUS) em cada esfera de governo” (BRASIL, 2013).

Em relação aos Conselhos de Saúde, é correto afirmar que

- A) os Conselhos de Saúde funcionam a cada dois meses e suas reuniões devem contar com registro em ata.
- B) os Conselhos de Saúde fazem parte da estrutura das Secretarias de Saúde dos Municípios, dos Estados e do Governo Federal.
- C) o segmento de representantes do governo deve ser paritário com os demais segmentos na composição dos Conselhos de Saúde.
- D) o controle exercido pelos Conselhos de Saúde na execução da política de saúde não inclui os aspectos econômicos e financeiros da gestão.
- E) os Conselhos de Saúde atuam na formulação de estratégias e no controle da execução da política de saúde, embora não tenham participação no plano de saúde.

Questão 25 (Peso 3)

A implementação de políticas voltadas para os chamados determinantes sociais é de suma importância no sentido de produzir melhorias efetivas nas condições de vida e, conseqüentemente, nos níveis de saúde das pessoas. São necessárias ações de caráter intersetorial, e o setor saúde possui um papel vital nesse cenário (OMS, 2011).

Em relação à atuação do setor saúde diante dos determinantes sociais, analise as assertivas e identifique com **V** as verdadeiras e com **F** as falsas.

- () O setor saúde deve buscar reformular os serviços de saúde e os programas de saúde pública, tendo em vista a redução das iniquidades.
- () O setor saúde deve avaliar a efetividade do trabalho intersetorial, formulando políticas de maneira integrada e em parceria com outras partes interessadas.
- () É dispensável estabelecer diálogo com outros setores, na medida em que o setor saúde é o maior responsável pelas políticas direcionadas aos determinantes sociais.
- () Considerando o conteúdo técnico em torno dos determinantes sociais, torna-se desnecessário ao setor saúde o trabalho junto às comunidades na busca por soluções.

A alternativa que contém a sequência correta, de cima para baixo, é

- A) F F V V
- B) F V V F
- C) V F V F
- D) V V F F
- E) V F F V

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS (QUESTÕES DE 26 A 40)

Questão 26 (Peso 1)

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em seu Art.4º, afirma que “é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária” (BRASIL, 1990, p. 1). Sobre o direito à vida e à saúde, especificamente, o ECA determina que

- A) os estabelecimentos de atendimento à saúde, em casos de internação de criança ou adolescente, não precisam proporcionar condições de permanência, em tempo integral, de um dos pais ou responsável, considerando que a responsabilidade destes estabelecimentos finda com a oferta de tratamento de qualidade a criança ou adolescente.
- B) o Sistema Único de Saúde promoverá programas de assistência médica e odontológica para a prevenção das enfermidades que, ordinariamente, afetam a população infantil, e campanhas de educação sanitária para pais, educadores e alunos.
- C) os casos de suspeita ou confirmação de maus tratos contra criança ou adolescente podem ser comunicados ao Conselho Tutelar da respectiva localidade, caso o profissional da saúde que preste atendimento julgue necessário.
- D) o Sistema Único de Saúde deve atender à gestante, em seus diversos níveis de atenção, em correspondência a critérios médicos específicos, a despeito dos princípios de regionalização e hierarquização do sistema.
- E) a criança e o adolescente têm direito à proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em quaisquer condições de existência.

Questão 27 (Peso 1)

A Lei nº 8.662, de 07 de junho de 1993, dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. De acordo com a Lei nº 8.662/1993, é correto afirmar que

- A) são atribuições privativas do assistente social coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social.
- B) podem realizar estágio de serviço social os estudantes das mais diversas áreas profissionais, contanto que o supervisor seja, exclusivamente, assistente social em pleno gozo de seus direitos profissionais.
- C) o exercício da profissão de Assistente Social requer, exclusivamente, que o profissional possua diploma de curso superior em Serviço Social, não sendo necessário registrar-se nos Conselhos Regionais que tenham jurisdição sobre a área que pretende atuar.
- D) o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e os Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS) têm por objetivo primordial disciplinar o exercício da profissão, sem interferir em situações em que este mesmo exercício requeira defesa de alguma natureza.
- E) os cargos e funções de direção e fiscalização da gestão financeira em órgãos e entidades representativas da categoria profissional podem ser ocupados, além do assistente social, por profissionais que tenham formação em economia, finanças e áreas afins.

Questão 28 (Peso 1)

O Estatuto do Idoso foi instituído em 2003 com o objetivo de regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos. No âmbito da saúde, é assegurado ao idoso

- A) atenção integral, por intermédio do Sistema Único de Saúde, garantindo-lhe o acesso universal e igualitário, em conjunto articulado e contínuo com as ações e serviços, para a prevenção, promoção, proteção e recuperação da saúde, incluindo a atenção especial às doenças que afetam, preferencialmente, os idosos.
- B) atendimento domiciliar quando houver necessidade e impossibilidade de locomoção, não sendo este atendimento estendido àquele que esteja abrigado e acolhido em instituições públicas, filantrópicas ou sem fins lucrativos e, eventualmente, conveniadas com o Poder Público, nos meios urbano e rural.
- C) o direito de ter um acompanhante, em casos de internamento ou observação, quando o profissional de saúde responsável pelo seu tratamento julgar conveniente, não sendo necessário justificar a não autorização do acompanhamento para o idoso, caso haja alguma impossibilidade na sua concessão.
- D) o fornecimento pelo Poder Público, quando acionado por meio judicial, de medicamentos, especialmente os de uso continuado, assim como próteses, órteses e outros recursos relativos ao tratamento, habilitação ou reabilitação.
- E) atendimento pelas instituições de saúde que cumpram os critérios mínimos para tal, independente da promoção de treinamento e capacitação dos profissionais e orientação aos cuidadores familiares e grupos de autoajuda.

Questão 29 (Peso 1)

A Lei Maria da Penha, Lei nº 11.340, surge no Brasil em 2006, em um contexto de agravamento, como ainda se vê nos dias atuais, da violência doméstica e familiar contra a mulher. Segundo a Lei nº 11.340/2006, a violência contra a mulher é configurada quando

- A) em qualquer relação íntima de afeto, o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, devendo, obrigatoriamente, haver coabitação.
- B) no âmbito da unidade doméstica, é cometida por pessoas que convivem permanentemente em um mesmo espaço, possuindo ou não vínculo familiar, excetuando-se, apenas, as esporadicamente agregadas.
- C) na forma sexual, haja qualquer conduta que a constranja a manter ou participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força, excetuando-se situações nas quais apenas presencie o fato.
- D) ocorrer qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial no âmbito da unidade doméstica, da família e em qualquer relação íntima de afeto.
- E) ocorre, exclusivamente, nas formas física, sexual e patrimonial, já que os danos emocionais e morais são de caráter subjetivo e não podem se constituir como formas de violência, podendo ocasionar, se assim forem considerados, sanções injustas impostas sem a devida comprovação do ato violento.

Questão 30 (Peso 1)

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, Lei nº 13.146, foi criada em 2015 e, desde então, destina-se a assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania. De acordo com a Lei nº 13.146/2015, é correto afirmar que

- A) a avaliação da deficiência, quando necessária, deve ser realizada pelo profissional que efetue o primeiro atendimento, não sendo, desse modo, imprescindível uma equipe multiprofissional e interdisciplinar para tal.
- B) pessoa com deficiência é aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.
- C) a pessoa com deficiência tem direito a receber atendimento que disponibilize recursos, humanos e tecnológicos, que garantam igualdade de condições com as demais pessoas, sem, necessariamente, ter a prioridade garantida em situações de proteção e de socorro.
- D) é suficiente assegurar atenção integral à saúde da pessoa com deficiência em todos os níveis de complexidade por intermédio do Sistema Único de Saúde, garantindo acesso universal e igualitário, evitando, ao máximo, o atendimento domiciliar multidisciplinar, tratamento ambulatorial e internação.
- E) discriminar uma pessoa por sua deficiência significa tratá-la com distinção, restrição ou exclusão, por ação ou omissão, com o propósito ou o efeito de prejudicar, impedir ou anular o reconhecimento ou o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais da pessoa com deficiência, a exceção da recusa de adaptações razoáveis e de fornecimento de tecnologias assistivas.

Questão 31 (Peso 2)

A família, ao longo do tempo, a depender do contexto social, econômico e histórico, assume diversas e distintas configurações. Esta realidade requer do assistente social:

- A) permanente estímulo às famílias e a seus membros para que estes se aproximem do modelo tradicional de constituição familiar. Tal estratégia permitirá maior acesso a direitos e benefícios provenientes das políticas públicas existentes e em vigência.
- B) compreensão de que os critérios estabelecidos pelas políticas públicas, que têm a família por público alvo, devem se sobrepor a crenças, valores e práticas desenvolvidos pelos membros de um dado grupo familiar e, principalmente, à busca pelo profissional de maior e melhor entendimento quanto às mudanças sociais que reverberam na família.
- C) entendimento de que as relações constituídas no seio familiar, na atualidade, são bem diferentes das que compuseram o modelo tradicional de família, já que os seus membros vem experienciando um intenso processo de transformação na forma de pensar, nos questionamentos que fazem e na maneira de viver em um mundo em permanente mudança.
- D) ter clareza de que as condições sociais e econômicas que permeiam a dinâmica de vida de grande parte das famílias brasileiras as distanciam do acesso ao mínimo de sobrevivência, decorrente da incapacidade de seus membros em prover o próprio sustento, manter-se nas escolas e da cooptação pelo consumo, a que se permitem, tão em voga na sociedade capitalista.
- E) maior atenção às famílias monoparentais femininas, pela natural falta de condição da mulher em conferir aos seus membros cuidados e proteção, face aos perigos decorrentes de um mundo com altos índices de violência e repleto de situações de vulnerabilidade que poderiam, por sua vez, ser dirimidas com a presença e participação do homem, como ocorre com as famílias nucleares.

Questão 32 (Peso 2)

O Código de Ética do Assistente Social, em seu Art. 4º, ao apresentar as responsabilidades gerais do assistente social afirma que é vedado:

- A) assinar ou publicar em seu nome ou de outrem trabalho de terceiros, a menos que tenham sido executados sob sua orientação.
- B) compactuar com o exercício ilegal da profissão, inclusive nos casos de estagiários que exerçam atribuições específicas, em substituição aos profissionais.
- C) acatar determinação institucional que fira os princípios e diretrizes deste Código, a menos que o tenha feito para garantia do seu posto de trabalho e das condições de sobrevivência.
- D) pleitear para si ou para outrem emprego, cargo ou função que estejam sendo exercidos por colega, a exceção de situações em que tenha sido comprovada real inaptidão do colega para o exercício da profissão.
- E) praticar e ser conivente com condutas antiéticas, crimes ou contravenções penais na prestação de serviços profissionais, com base nos princípios do seu Código de Ética, excetuando-se quando estas mesmas condutas, crimes ou contravenções penais sejam praticados por outros profissionais.

Questão 33 (Peso 2)

A interdisciplinaridade pode ser considerada como um esforço exercido por profissionais, de categorias distintas, em agregar saberes para melhor atender o usuário de um dado serviço social. Desse modo, a relação entre o assistente social e sua atuação em equipes interdisciplinares caracteriza-se por:

- A) ações pontuais que o profissional realiza em parceria com outros profissionais de categorias diversas na execução de programas ou resolução de problemas inerentes ao cotidiano de trabalho.
- B) um efetivo e prévio processo de formação, promovido pelas instituições de ensino superior de Serviço Social, que enseje a conformação de um perfil profissional adequado às necessidades e exigências do mercado quanto à prática interdisciplinar.
- C) uma prática diária, em equipe, subsidiada pela compreensão de que a explicação e intervenção em uma realidade irão requerer o exercício da comunicação entre as diversas disciplinas, com maior ênfase para as que poderão responder, mais acertadamente, às especificidades de um usuário, grupo social ou comunidade.
- D) priorização da sua atuação, junto ao usuário, a despeito das suas limitações e busca por maior entendimento e aproximação dos conceitos, disciplinas e métodos utilizados pelos demais profissionais na resolução de situações-problema, considerando que a questão social, por sua natureza e apresentação multifacetada, é bem conhecida desde o período de formação profissional, e tratada mais eficazmente pelo assistente social.
- E) maior independência no desenvolvimento de seu trabalho, em relação às outras categorias profissionais, decorrente de sua formação ter estabelecido diálogos e construído saberes com disciplinas tais como a Psicologia, Antropologia, Direito, Filosofia e Sociologia, conferindo-lhe um saber mais abrangente e sólido quando comparado aos demais profissionais, dispensando, em muitas situações, uma intervenção interdisciplinar.

Questão 34 (Peso 2)

Considerando a reforma psiquiátrica, a família como cuidadora de um ou mais de seus membros com sofrimento psíquico, o incipiente acesso às redes de apoio existentes e a sobrecarga e dificuldades enfrentadas pelas famílias, é correto afirmar que

- A) os novos serviços ofertados no campo da saúde mental, correlacionados com a Reforma Psiquiátrica, guardam estreita relação com a cidadania dos usuários e com uma maior e mais efetiva participação da família no tratamento, sem, contudo, ter assumido a responsabilidade pela desmistificação da loucura junto à comunidade e demais grupos sociais.
- B) o principal avanço trazido pela Reforma Psiquiátrica foi a defesa pela manutenção do portador de sofrimento psíquico nos internamentos ofertados pelos hospitais psiquiátricos, com o intuito de preservar a família, e a respectiva comunidade, dos desgastes oriundos da convivência e assegurar os necessários cuidados requeridos pelo paciente do campo da saúde mental.
- C) a saúde mental, a partir das discussões propostas e feitas pela Reforma Psiquiátrica, passou a adotar mudanças, tais como: o processo de desinstitucionalização do paciente com sofrimento psíquico, implementação de serviços como o CAPS e hospitais dia, ensejando um tratamento mais acolhedor pelos familiares e comunidades, reduzindo o estigma social, a exclusão e o preconceito.
- D) os atendimentos feitos aos familiares dos pacientes com sofrimento psíquico devem estar centrados nos sintomas apresentados pelo usuário do serviço de saúde, na disponibilização de medicamentos e benefícios que podem ser adquiridos, não conferindo maior importância e/ou prioridade às estratégias e recursos que as famílias utilizam no cuidado e no lidar com as dificuldades inerentes às especificidades da doença mental.
- E) a sociedade, de um modo geral, e as famílias encontram-se despreparadas para o cuidado de seus familiares com sofrimento psíquico, estabelecendo uma lacuna significativa entre o cuidado ideal e o que é de fato ofertado, ocasionando, entre os profissionais da saúde mental, a adoção de uma conduta de não incentivo à reversão da saúde mental como há muito foi compreendida e que até os dias atuais gera exclusão e preconceito.

Questão 35 (Peso 2)

Com a Constituição Federal de 1988, a responsabilidade social assume caráter legal e passa a despertar maior interesse das empresas por desempenhar sua função social, bem como atender às exigências de um mercado com regras e padrões éticos próprios e internacionais. O Serviço Social nas empresas voltadas para as ações de responsabilidade social, deve

- A) contar com profissionais que atuem isoladamente na análise e concessão de benefícios, nos Programas de Qualidade Total, promovendo melhorias nas condições de trabalho dos funcionários, e para que se atualizem tecnicamente acompanhando as permanentes mudanças do mundo empresarial.
- B) atender, irrestritamente, a partir de atividades de cunho educativo, aos objetivos de aumento da produtividade e qualidade das empresas, levando o trabalhador a aderir e concordar com a visão empresarial, adotando os comportamentos e valores preconizados, com o intuito de melhor enquadrar-se ao que exige a cadeia produtiva.
- C) contribuir com as empresas ao implementar projetos comunitários, de interesse público, e que melhorem a imagem social destas instituições, resultando em maior lucratividade, ampliação de vendas e conquista de novos públicos, priorizando o crescimento empresarial em detrimento dos interesses dos trabalhadores que já contam com o benefício de garantia de seus postos de trabalho.
- D) ter em sua composição profissionais cuja qualificação tenha incorporado, em seu anterior processo formativo, um robusto arcabouço teórico e metodológico que acompanhe as mudanças advindas da dinâmica capitalista e da gestão das empresas, resultando em competência para propor inovações com criatividade e nas quais sejam beneficiados os trabalhadores e a comunidade.
- E) realizar atividades tais como pesquisa do clima organizacional, administração de cargos e salários, planejamento estratégico da área e da empresa, coordenação de projetos sociais, avaliação por resultados e/ou competências, recrutamento e seleção e coordenação dos programas de estágio, delegando a supervisão de estudantes de Serviço Social a profissionais de outras categorias profissionais quando necessário e não seja possível acompanhá-los por excesso de demandas e atividades.

Questão 36 (Peso 3)

A saúde do trabalhador, ao longo do tempo, constituiu-se como significativo e relevante campo do saber entremeado por lutas, contradições, interesses distintos defendidos por empresários, sindicatos, trabalhadores e gestores que, entre si, disputam a hegemonia ao explicitarem e efetivarem seus projetos ético-políticos. Neste campo, atua o assistente social, vivenciando a complexidade do atendimento à saúde do trabalhador, pelo Sistema Único de Saúde, ao mesmo tempo em que busca legitimar e fortalecer o seu projeto ético-político. Sobre o Serviço Social e a Saúde do trabalhador, é correto afirmar que

- A) a discussão em torno da saúde do trabalhador no Brasil, na década de 70, a levou ao patamar de um campo de conhecimento, com estreita associação a uma área ou programa de saúde, e a incluiu nos debates da saúde coletiva, sem, contudo, ser contemplada pelo Movimento da Reforma Sanitária Brasileira.
- B) uma intercessão possível entre a saúde do trabalhador e o serviço social encontra-se no fato de que ambos, nos anos 60, não estabeleceram aproximação e diálogo com as ciências sociais, com o materialismo histórico e análise de seus respectivos objetos de estudos sob o prisma de uma totalidade econômica, política e social.
- C) para que o assistente social atue no campo da saúde do trabalhador é suficiente que ele conheça as legislações atinentes à área, conheça de modo aprofundado o seu projeto ético-político e a realidade dos trabalhadores que atende, suas condições de trabalho, não sendo, desse modo, necessário investir em conhecimentos que tratem de temáticas como gestão, assessoria e pesquisa.
- D) para atuar no campo da saúde do trabalhador, o assistente social precisa basear a sua ação interventiva em dois referenciais fundamentais: um é a análise do processo de trabalho, a partir da perspectiva marxiana, e o outro é a compreensão de que o trabalhador é um ser social, em permanente processo de luta pelos seus direitos, que visa usufruir de condições de trabalho que não o agridam.
- E) o assistente social que atua no campo da saúde do trabalhador deverá resguardar, prioritariamente, as condições de trabalho ofertadas pelos empresários e patrões aos trabalhadores, não havendo para ele responsabilização quando não lhe for possível atender às demandas da classe operária, considerando que o profissional de Serviço Social é só mais um trabalhador assalariado, que depende do mesmo empregador para a manutenção de suas condições de sobrevivência.

Questão 37 (Peso 3)

O Serviço Social, como categoria profissional inserida na divisão sociotécnica do trabalho, pode atuar nas esferas privada e pública, no desenvolvimento de ações voltadas para a população que lhe demanda intervenção por meio de atividades, tais como: gestão de programas e serviços sociais, pesquisa, administração, assessoria e consultoria. Sobre o assistente social na contemporaneidade, é correto afirmar que

- A) deve estar atento com o cumprimento da perspectiva individual, legitimada pelo capitalismo, o alto poder de persuasão do consumismo, a lógica do mercado financeiro e a precarização das relações de trabalho, todos eles atributos e características do projeto ético, político e profissional do Serviço Social.
- B) deve dar cumprimento às políticas públicas, sejam elas de saúde, educação, segurança, emprego e renda, sem que, para tal, seja preciso conhecer e interpretar a dinâmica do capitalismo contemporâneo, em relação ao mundo do trabalho, e o consequente desmonte dos sistemas de proteção social.
- C) tem a sua atuação permeada por permanentes contatos, negociações, formulações de políticas públicas e implementação de projetos sociais junto à população beneficiada pela oferta dos serviços sociais, bem como com as esferas do planejamento, tendo como público alvo, exclusivamente, os usuários que têm direito ao acesso nestes serviços.
- D) tem como grande desafio para sua atuação profissional a implementação do seu projeto ético, político e profissional que, desde o ano de 1993, prima pelo compromisso estabelecido com a classe trabalhadora, só sendo este desconsiderado quando as instituições que ofertam os serviços sociais, e a empresa, tenham interesses distintos do seu projeto profissional.
- E) para exercer a sua profissão, necessitará de uma atuação competente para propor e negociar a execução de seus projetos com empresas, empregadores e gestores, defender seu campo de trabalho, atender ao projeto político profissional e qualificar-se, de modo permanente, com vistas à realização de adequada leitura da realidade e à efetividade de ações e garantia de direitos que beneficiem à população usuária.

Questão 38 (Peso 3)

A história e constituição da categoria profissional de Serviço Social foram, e assim continuam, entremeadas por lutas, rupturas e construções, dentro das quais ora os profissionais se submetem às imposições do mercado e adotam posturas conservadoras, ora voltam-se a uma prática transformadora e comprometida com os interesses da classe trabalhadora. Assim sendo, é correto afirmar que

- A) o Código de Ética de 1986 tem a sua importância reconhecida para a profissão de Serviço Social ao suscitar a instrumentalização da categoria acerca dos desafios inerentes à conjuntura social da época, ao capitalismo e ao neoliberalismo, bem como às significativas mudanças nas relações sociais de produção e na organização da vida social, culminando, por fim, na aprovação de um novo código, até hoje vigente, desde março de 1993.
- B) na década de 80, com a aprovação do Código de Ética em 09 de maio de 1986, houve uma mudança no modo de entender e intervir na questão social, amparada no exercício de realizar, permanentemente, uma leitura do movimento dinâmico do contexto histórico e do estabelecimento das relações sociais de produção, sem ainda estabelecer o compromisso, tão caro à profissão, com a classe trabalhadora.
- C) as reflexões advindas do Código de Ética de 1986 tiveram grande relevância para a categoria profissional ao tratarem de aspectos centrais, tais como: a relação entre as classes sociais, a dimensão ontológica do ser social e a reprodução social sem, contudo, constituírem-se em elementos suficientes para a conformação do projeto ético-político profissional.
- D) entre os anos 70 e 80, o Serviço Social passa a entender-se como uma categoria profissional inserida na divisão sociotécnica do trabalho tendo a questão social como seu objeto de intervenção, levando-o a romper com a leitura acrítica da realidade e adotar a análise das relações de produção capitalista, dispensando desse modo a perspectiva marxista.
- E) em seu início como profissão, na década de 30, o Serviço Social teve sua atuação demarcada por forte intervenção individual, em grupos e comunidades, considerando para tal, a pobreza como fruto de uma relação de desigualdade social, exploração da força de trabalho e agudização de situações de vulnerabilidade.

Questão 39 (Peso 3)

Considerando que as políticas sociais se constituem em estratégias de enfrentamento das múltiplas expressões da questão social na atual sociedade capitalista, é correto afirmar que

- A) as políticas sociais são elaboradas e implementadas sem a necessidade, por parte de seus formuladores, de estabelecer conexões entre os períodos de ascensão do capitalismo, das lutas de classe e do nível da intervenção estatal.
- B) a função social da política, no contexto capitalista, é traduzida como medida estatal para garantia dos direitos da classe trabalhadora, sem preocupação em utilizá-la como estratégia de manutenção da ordem social e inibição de crises sociais.
- C) a origem das políticas sociais no Brasil é fortemente demarcada por não ter apresentado características assistencialistas, paternalistas e clientelistas, fruto de um momento histórico em que a concentração de renda e a exclusão não se faziam presentes no país.
- D) os direitos sociais, previstos na Constituição Brasileira, por si só, garantem aos trabalhadores e à população em geral que as políticas das quais serão os principais beneficiários não sejam submetidas a ocorrências como fraudes no repasse de recursos e negligência por parte dos gestores públicos.
- E) as políticas sociais são representações da correlação de forças existentes na sociedade civil, bem como da concessão, pelos grupos que estão no poder, em um dado período de tempo, dos direitos sociais, entendidos como benesses, mantendo desse modo uma certa ordem social e até aceitação pela população dessa dinâmica social, quando esta, mesmo que minimamente, lhe permite satisfazer as necessidades básicas, de quaisquer naturezas, e de sobrevivência.

Questão 40 (Peso 3)

O planejamento é importante ferramenta para a efetividade de planos, programas e projetos sociais que visam o atendimento das necessidades da população. O assistente social que ocupa postos e espaços dos quais os planejamentos se originam, deve buscar:

- A) propor e planejar planos, programas e projetos sociais quando for de seu interesse e houver viabilidade institucional, considerando que o planejamento não se constitui em um direito de sua categoria profissional.
- B) conhecer os interesses dos usuários dos serviços sociais a partir de prévio contato e conhecimento de suas realidades, não requerendo, deste modo, que estes participem de todo o processo de formulação inerente ao planejamento de planos, programas e projetos.
- C) entender o planejamento como ato de natureza técnica e política, adequando-o ao orçamento existente e interesses das instituições que lhes solicitam a elaboração, sem, necessariamente, buscar atrelar o natural processo de formulação ao projeto ético-político profissional.
- D) reduzir ao máximo a participação dos beneficiários dos planos, programas e projetos ao longo do planejamento destes, evitando assim que haja excessiva demora para a aprovação de propostas mediante a necessidade de um maior tempo para debates, trocas e ajustes junto aos usuários, comunidades e populações beneficiárias.
- E) dar cumprimento à garantia dos direitos previstos na Constituição Federal, ao tempo em que legitima e fortalece a prática profissional ao, permanentemente, se apropriar de conceitos, técnicas e procedimentos para atuação na gestão e no planejamento, conferindo aos usuários respostas adequadas e coerentes com as suas realidades social e de vida.